



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

NARRATIVAS DO CONFLITO ENTRE QUILOMBOLAS E MARINHA DO BRASIL

Nelson Mendes Cordeiro¹; Mário Luiz Gomes Soares²

¹Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ - nelson.cordeiro@cefet-rj.br

²Faculdade de Oceanografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj – mariolgs.uerj@gmail.com

GT 06: Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências

RESUMO

Este estudo analisa as práticas narrativas mobilizadas no conflito socioambiental entre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia e a Marinha do Brasil. Através da perspectiva teórica dos capitais e poder simbólico de Bourdieu, identificamos e categorizamos três narrativas principais: proteção militar, conformação religiosa e resistência quilombola. A pesquisa evidencia como diferentes atores sociais constroem discursos para legitimar suas posições territoriais, perpetuando assimetrias de poder ou justificando relações históricas com o território. Os resultados demonstram que os conflitos socioambientais transcendem disputas materiais, constituindo-se fundamentalmente como disputas simbólicas sobre significados e territorialidades. A análise revela a necessidade de compreender as dimensões narrativas para construção de estratégias mais efetivas de manejo de conflitos que reconheçam a legitimidade das diferentes perspectivas e promovam relações mais simétricas de poder entre os atores envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos socioambientais; práticas narrativas; poder simbólico; territorialidades; comunidade remanescente de quilombos

DESTAQUES

- Identificação de três narrativas principais que legitimam posições no conflito territorial.
- Evidenciação de assimetrias de poder simbólico no conflito socioambiental entre a comunidade remanescente de quilombos e Marinha do Brasil.
- Demonstração da transformação cultural através da mudança de práticas religiosas ancestrais.
- Necessidade de reconhecimento das dimensões narrativas para manejo de conflitos socioambientais.

INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais representam disputas sobre correntes de acesso e uso de recursos naturais entre diferentes atores sociais, evidenciando assimetrias nas relações de poder e revelando como narrativas distintas são mobilizadas para legitimar posições territoriais (Acsehrad, 2004; Little, 2006), uma vez que estes conflitos não se limitam apenas às dimensões materiais, mas envolvem fundamentalmente disputas simbólicas sobre significados, identidades e territorialidades.

O caso em discussão coloca em cena a população tradicional quilombola e a Marinha do Brasil, na Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro, constituindo um emblemático exemplo de conflito socioambiental que envolve disputas territoriais e justiça socioambiental. Nesse sentido, nosso esforço teórico se debruça em analisar este conflito, que se estende por décadas, evidenciando como diferentes narrativas são construídas e mobilizadas pelos atores envolvidos para legitimar suas reivindicações territoriais e exercer o seu poder simbólico no território.

O processo histórico da Ilha da Marambaia remonta ao século XIX, quando as terras pertenciam ao "Comendador Breves", senhor do café e do tráfico de escravizados no Rio de Janeiro. Na ilha, os escravizados chegavam da África para engorda antes de serem comercializados (Arruti *et al.*, 2003; Yabeta; Gomes, 2013).

Após o fim da escravização e a falência do negócio escravocrata, o comendador Breves teria feito uma doação verbal das terras para os ex-escravizados. Contudo, a família do escravocrata não cumpriu o acordo, vendendo as terras para a Companhia Promotora de Melhoramentos, que posteriormente não honrou os créditos com o Banco da República do Brasil, ficando a ilha sob custódia da União (Arruti *et al.*, 2003).

O início dos conflitos socioambientais pode ser configurado a partir de 1905, quando a Ilha da Marambaia foi adquirida pela União Federal e cedida à Marinha do Brasil, sendo declarada área de uso militar e de interesse nacional, sendo criado em 1981, o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM), que passou a impor diversas condições para os moradores da comunidade remanescente de quilombos (Carlet, 2018).

Após anos de luta no território, em 2014, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Marinha do Brasil e a Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), com a promessa de direitos habitacionais, preservação ambiental e Defesa Nacional (Carlet, 2018). Todavia, somente em 2015, foi entregue o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de 53 hectares ocupados por 103 famílias (CDIH, 2022), o que não significou o fim dos conflitos, uma vez que ainda existe o controle social militar no território, onde os moradores vivem sob a tutela da Marinha do Brasil.

A relevância deste estudo justifica-se por evidenciar o uso de narrativas como ferramentas de poder em conflitos socioambientais entre direitos territoriais da população tradicional e de interesse da segurança nacional em áreas marinhas protegidas.

No âmbito do conflito entre a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia e a Marinha do Brasil, consideramos a teoria dos capitais de Bourdieu (1986) para explicar as dinâmicas de poder que vão além das disputas materiais, refletindo também as lutas simbólicas por legitimidade e autoridade territorial. Ressaltamos que Pierre Bourdieu propôs que os indivíduos e grupos acumulam e mobilizam diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico) para construir e manter suas posições sociais onde o: *i) capital econômico* refere-se a recursos materiais, *ii) capital cultural* envolve conhecimentos e habilidades; *iii) o capital social* diz respeito às redes de relações e, *iv) capital simbólico* abrange prestígio e reconhecimento.

Contudo, diante das lutas simbólicas por legitimidades reconhecemos que as práticas narrativas emergem como elementos centrais na compreensão destes conflitos, uma vez que envolvem a construção de discursos que não apenas descrevem a realidade, mas a constroem simbolicamente; pois, conforme teoriza Bourdieu (2004), o poder simbólico refere-se à capacidade de controlar a produção e circulação de significados na sociedade, onde a dominação envolve a imposição de significados e símbolos, não apenas recursos econômicos.

Assim, objetivo deste estudo é analisar as formas de capitais presentes nas práticas narrativas que são mobilizadas no conflito socioambiental, bem como estas questões se constituem e denunciam as assimetrias nas formas de exercício do poder simbólico e resistência.

METODOLOGIA

Este estudo de caso adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e observação em campo para compreender as práticas narrativas mobilizadas no conflito socioambiental em foco. A metodologia fundamenta-se na perspectiva da Ecologia Política, que busca compreender as interrelações entre ambientes biofísicos e suas relações estruturais de poder na sociedade.

O *corpus* de análise empírica incluiu expedientes publicados da Marinha do Brasil, ações judiciais no Ministério Público Federal, termos de ajuste de conduta entre a população tradicional e a instituição militar, relatórios antropológicos sobre a formação e as lutas da população remanescente de quilombos, publicações acadêmicas e registros de observação participante, no quilombo, pelos pesquisadores durante as visitas de campo entre 2022 e 2024.

O processo condutor das análises do estudo de caso, utilizou-se do referencial teórico de Bourdieu (1986; 2004), especificamente quanto ao conceito de capitais e poder simbólico, que permitiu compreender como diferentes atores exercem dominação através da imposição de significados e símbolos e disputas no território. Reforçamos que no arcabouço teórico foram utilizados também a perspectiva crítica dos autores da Ecologia Política (Acelrad, 2004; Little, 2006; Martinez-Alier, 2007) com o intuito de analisar as assimetrias de poder entre a comunidade remanescente de quilombos e a instituição militar, considerando não apenas aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicas, mas também dimensões políticas em torno das territorialidades dos atores sociais em conflito.

A etapa de observação incluiu registro fotográfico das diferentes estruturas habitacionais, participação em manifestações culturais do quilombo e conversas com moradores da comunidade realizadas no *locus* da pesquisa com mais de 30 horas durante o período de 2022 a 2024 registradas em diário de campo. Não foi possível a observação participante no ambiente militar.

O processo analítico envolveu a categorização das narrativas identificadas e sistematizadas pelos autores, permitindo a análise das características discursivas e a identificação dos atores e capitais em disputa como mecanismos de exercício de poder simbólico nas relações dos conflitos socioambientais no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no referencial teórico-metodológico descrito anteriormente, a sistematização das dinâmicas de poder na Ilha da Marambaia evidencia a complexidade do conflito socioambiental através da identificação de três narrativas principais (Quadro I) que legitimam distintas posições territoriais com foco na: *i*) proteção militar, fundamentada na preservação ambiental e defesa nacional; *ii*) conformidade religiosa, baseada na vontade divina e aceitação da autoridade; *iii*) resistência quilombola, ancorada em direitos constitucionais e ocupação ancestral.

Quadro 1 – Práticas narrativas presentes no conflito socioambiental na Ilha da Marambaia

Característica	Narrativa da proteção militar	Narrativa da conformidade religiosa	Narrativa da resistência quilombola
Atores Protagonistas	Marinha do Brasil; Comando militar local; Oficiais e militares da base	Líderes religiosos evangélicos; Pastores e missionários; Igrejas evangélicas locais; Congregações religiosas	Comunidade quilombola da Marambaia; Lideranças quilombolas; Anciãos e guardiões da tradição; Associações quilombolas
Atores de Apoio	Setores conservadores da sociedade; Políticos de direita; Mídia tradicional; Proprietários rurais vizinhos; Segmentos nacionalistas	Fiéis evangélicos de outras regiões; Denominações pentecostais; Parlamentares da bancada evangélica; Mídia religiosa; ONGs evangélicas	Universidades e pesquisadores; Movimento negro; ONGs de direitos humanos; Antropólogos e historiadores; Defensoria Pública; Ministério Público Federal
Fonte de Legitimidade	Preservação ambiental e defesa nacional	Vontade divina e aceitação da autoridade	Direitos constitucionais e ocupação ancestral
Poder Simbólico	Autoridade institucional como guardião do território	Autoridade espiritual e oferta de salvação	Legado cultural e redes comunitárias
Mecanismo de Poder	Discurso falso de risco ambiental	Domesticação simbólica e conformidade	Memória coletiva e resistência cultural
Impacto	Controle social e tutela	Transformação cultural e extinção ritual	Manutenção da identidade e legitimidade territorial
Limitações	Prioriza defesa e preservação	Promove aceitação da dominação	Capital econômico limitado e reconhecimento social
Classificação dos Capitais de Bourdieu	Capital econômico (infraestrutura militar), capital cultural (prestígio institucional)	Capital cultural (espiritualidade), capital simbólico (legitimação religiosa)	Capital social (redes comunitárias), capital cultural (memória ancestral e identidade)

Fonte: elaboração dos autores, 2025.

A identificação desses atores revela que o conflito transcende a simples oposição entre militares e quilombolas, envolvendo uma complexa rede de interesses e alianças que amplifica cada narrativa. A narrativa militar conta com o prestígio institucional e apoio de setores conservadores; a religiosa

mobiliza extensas redes evangélicas; e a quilombola articula-se com movimentos sociais e academia, evidenciando diferentes estratégias de legitimação e mobilização de recursos simbólicos e materiais.

Narrativa da proteção militar

A Marinha do Brasil (Figura 01) constrói sua legitimidade territorial através de uma narrativa que combina elementos de preservação ambiental e defesa nacional. Esta narrativa justifica a presença militar utilizando o argumento de que o risco de especulação imobiliária aumentou desde a decisão judicial de 2010, que concedeu à comunidade quilombola direitos de permanência no território após contenda judicial com ordens de despejo da comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia (Jornal O Globo, 2010), que ainda segundo a matéria do jornal, o Comando da Marinha argumentou que a área reivindicada pela população tradicional soma dezesseis milhões de metros quadrados, equivalente a quase setenta Estádios do Maracanã para cada família.

Figura 01 - Instalações da Marinha do Brasil (CADIM) e a Ilha da Marambaia



<https://www.google.com.br/maps>



www.marinha.mil.br/cgcfm/files/cartadeservicos.pdf



<https://wikimapia.org>

Esta construção narrativa mobiliza o que Bourdieu (2004) denomina capital simbólico institucional, onde a autoridade militar é naturalizada como legítima guardiã e administradora do território, construindo um falso discurso de riscos ambientais associados à presença quilombola, enfraquecendo o reconhecimento das territorialidades e demandas desta população na disputa.

A Carta de Serviços do CADIM demonstra como esta narrativa de gestão do território se materializa em práticas de controle social, uma vez que a Seção de Assuntos Cíveis atua como intermediária entre a população tradicional representada pela ARQIMAR e o comando militar, vem subordinando o acesso de visitantes, controle de correspondências, chegada de materiais de construção da comunidade remanescente de quilombos entre outros à estrutura militar e às

decisões superiores, evidenciando a manutenção de uma relação tutelar que ecoa e remonta às históricas relações da Casa Grande-Senzala.

Narrativa religiosa de conformação

Uma segunda prática narrativa emerge do campo da religiosidade, onde a presença crescente da igreja evangélica na Ilha da Marambaia contribuiu para a transformação das práticas culturais da comunidade remanescente de quilombos, sob a sustentação de que esta narrativa religiosa condiciona a desestruturação da organização social dos fiéis moradores da ilha a aceitarem docilmente o que denominam "desígnio divino" e não entrarem em confronto com a Marinha do Brasil e com outras denominações religiosas, o que abre um vácuo e deslocamento das relações de poder no centro da organização política das lutas simbólicas do território.

No que diz respeito à transformação religiosa envolvendo a população tradicional, é crível a mudança cultural que se apresenta com a quase extinção de rituais ancestrais, pois, historicamente, a comunidade era marcada pela união entre práticas católicas e espíritas, com muitos moradores participando de ambas. Atualmente, a comunidade é predominantemente católica ou evangélica, com poucas pessoas identificando-se como candomblecistas, conforme relatado por moradores:

Agora, a maioria aqui é de evangélicos, e temos uma minoria da igreja católica. Acho que acabou com isso, a macumba foi acabando [...] Se os evangélicos olharem, vamos supor, que ele é espírita, podem dizer: "Aquilo lá é macumbeiro!. Entendeu? Eles levam para esse lado. Ficou uma crítica muito feia, então, às vezes, a pessoa se resguarda. Eu acho que cada um com seu cada um, se é ou não é [...] Para vocês terem uma ideia, a nossa Festa de 20 de Novembro é uma festa para a gente se expressar, pode vir qualquer religião para se expressar lá, para estar junto com a comunidade e para brigar por um propósito só. Mas não, no caso dos evangélicos, eles falam: Não, você não pode ir lá, porque lá é parte de macumba... Porque eles não podem se misturar. Uns ainda ignoram e vão, mas outros não, outros que falam: Ah não, porque o pastor falou que eu não posso, o bispo falou que eu não posso ir (Pereira *et al.*, 2015).

No campo religioso, o capital simbólico vincula-se à autoridade espiritual e à capacidade de oferecer sentido ou suposta salvação divina. Assim, líderes religiosos assumem uma liderança sociopolítica ao definirem o que é "sagrado" ou "moralmente correto" (e permitido) para seus seguidores, fazendo que essa narrativa funcione como um mecanismo de domesticação simbólica, promovendo conformidade diante das estruturas de conflitos

socioambientais e dominação territorial historicamente constituídas, configurando novas formas de disputas por legitimidade em um território de complexidades múltiplas.

Narrativa de resistência quilombola

Em contraposição às narrativas dominantes a comunidade remanescente de quilombos mobiliza discursos baseados em direitos constitucionais, evidências históricas de ocupação e manifestações culturais de resistência, com fundamentos na memória coletiva e nas evidências materiais da presença ancestral no território.

Após esse período de escravização, as manifestações culturais, como a Festa da Consciência Negra, vêm representando movimentos de resistência, onde o capital cultural quilombola é mobilizado para manutenção da identidade coletiva e legitimação territorial. Assim, podemos entender que segundo Bourdieu (2004), os esquemas de dominação não são apenas impostos externamente, mas podem ser resistidos através da mobilização de capitais específicos que questionam a ordem simbólica estabelecida.

Nesse contexto, o capital social quilombola se manifesta nas redes comunitárias que articulam estratégias coletivas de enfrentamento, enquanto o capital cultural ancestral opera como mecanismo de subversão dos esquemas dominantes de poder simbólico. Podemos assim compreender, que essa dinâmica evidencia como as comunidades tradicionais desenvolvem formas próprias de exercício da agência, transformando práticas culturais em instrumentos políticos que desafiam as tentativas de invisibilização e controle territorial impostas pelas estruturas hegemônicas da Marinha do Brasil.

Além das festividades e pesca artesanal, outras expressões culturais fortalecem a identidade quilombola no território, como evidenciado na prática da capoeira, rodas de jongo, cantigas tradicionais e preparo de comidas típicas durante os festejos (Figura 02).

Paralelamente, a organização social da comunidade vem ampliando suas redes sociais através da aproximação com entidades externas ao território, incluindo ONGs, universidades, movimentos sociais e forças políticas nacionais e internacionais, funcionando como uma articulação estratégica diante de suas práticas culturais ancestrais, que passam a ter mais visibilidade e legitimidade para além do território local, transformando capitais culturais em

instrumentos de *advocacy*¹ que fortalecem as narrativas de resistência quilombola no cenário político mais amplo.

Figura 01 - Festa da Consciência Negra no Quilombo da Ilha da Marambaia



Fonte: Cordeiro, 2024.

Assimetrias de Poder e Territorialidades

A análise das relações de poder evidencia desigualdades estruturais que podem ser compreendidas através da perspectiva dos capitais de Bourdieu (1986), uma vez que a comunidade remanescente de quilombos possui capital cultural expresso em tradições orais e saberes ancestrais, como a pesca tradicional e práticas agroecológicas, além de capital social manifestado nas redes comunitárias. Contudo, a população tradicional enfrenta limitações em seu capital econômico e barreiras para converter seu capital simbólico em reconhecimento social, sendo frequentemente marginalizada. Em contrapartida, os mandatários militares detêm alto capital econômico, representado por recursos financeiros e infraestrutura, capital cultural institucionalizado através de educação formal, títulos militares, estrutura estatal e capital simbólico associado ao prestígio da autoridade militar. Estes capitais legitimam sua posição dominante e naturalizam as desigualdades sobre o direito ao território (Figura 02), perpetuando relações de dominação que refletem a herança histórica de opressão na ilha.

¹ Advocacy refere-se ao conjunto de estratégias de mobilização e articulação política voltadas para a defesa de direitos e promoção de mudanças sociais através da influência em políticas públicas (Silva; Mayorga, 2019).

Figura 02 - Assimetrias de poder na Ilha da Marambaia: Sensala vs Casa Grande



(a) Antiga Sensala

(b) Moradia quilombola

(c) Moradia militar

Fonte: Cordeiro, 2024.

Esta assimetria manifesta-se espacialmente através das diferenças habitacionais, pois a comunidade remanescente de quilombos migra da histórica senzala para habitar casas simples e bastante pequenas, muitas delas com redes que caracterizam o ofício da pesca artesanal. Em contraste, os oficiais militares vivem em casas confortáveis e consideradas “luxuosas” para o padrão da, evidenciando as desigualdades materiais que acompanham as assimetrias simbólicas. Essa configuração espacial exemplifica o que Bourdieu (2004) denomina de reprodução das estruturas de dominação, onde as condições materiais de existência manifestam, de forma concreta, os esquemas de poder simbólico, perpetuando hierarquias sociais através da própria organização do espaço.

Moradores mais críticos argumentam que, mesmo titulados, a comunidade remanescente de quilombos permanece tutelada pela Marinha do Brasil, como se ainda existisse a antiga relação Casa Grande-Senzala, pois o controle social sobre o território persiste, o que nos faz entender que esta percepção evidencia que a formalização jurídica não necessariamente transforma as relações de poder simbólico historicamente estabelecidas. Neste sentido, segundo Bourdieu (1986), a dominação simbólica opera através da naturalização de hierarquias sociais, fazendo com que os dominados aceitem sua posição como legítima, mesmo quando possuem direitos formais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da Ilha da Marambaia evidencia como os conflitos socioambientais transcendem disputas materiais, constituindo-se fundamentalmente como embates sobre significados,

identidades e legitimidades territoriais. Nesse contexto, as práticas narrativas emergem como instrumentos centrais de exercício do poder simbólico, revelando diferentes estratégias de dominação e resistência. Três problemas centrais emergem dessa dinâmica: *i)* a perpetuação de desigualdades históricas, onde práticas coloniais persistem mesmo diante dos direitos constitucionais; *ii)* a restrição sistemática à autonomia comunitária, com regulações que limitam o desenvolvimento independente; *iii)* o estabelecimento de diálogos desequilibrados, nos quais a intermediação hierárquica representa mais imposição que parceria genuína.

Portanto, o manejo efetivo desses conflitos demanda estratégias que considerem não apenas dimensões legais e ambientais, mas também as camadas simbólicas, políticas e culturais envolvidas.

Este estudo apresenta limitações quanto ao escopo da observação e ao acesso restrito aos documentos militares oficiais. Contudo, as implicações práticas apontam a necessidade de incorporar análises narrativas em processos de estudo e enfrentamento de conflitos socioambientais, reconhecendo que intervenções puramente técnicas ou jurídicas podem ser insuficientes quando as dimensões simbólicas não são consideradas. Futuras pesquisas devem investigar como outras comunidades tradicionais desenvolvem estratégias simbólicas baseadas em práticas narrativas frente aos diferentes atores e cenários dos conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARRUTI, J. M. P. A. Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, Município de Mangaratiba (RJ). Laudo destinado ao reconhecimento oficial do grupo e seu território pelo Ministério da Cultura - Governo Federal do Brasil. 2003.

BENNETT, N. J. Marine Social Science for the Peopled Seas. *Coastal Management*, v. 47, n. 2, p. 244-252, 2019.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (New York, Greenwood); 1986: 241-258

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 2004.

CARLET, F. Quilombo da Ilha da Marambaia: direito à terra e tensões jurídicas contemporâneas. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

CDIH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Organização dos Estados Americanos, 2022.

CORDEIRO, N.M. Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ). 2024. 437 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

JORNAL EXTRA-GLOBO. Marinha e quilombolas disputam ilha no Rio. Rio de Janeiro, 2010.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MARTINEZ-ALIER, J. A Ecologia dos Pobres. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PEREIRA, A. A.; SILVA, L. S. da; LIMA, T. C. S. de; NEVES, H. B. das. Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Vale, 2015. 108 p. ISBN 978-85-7652-202-7.

SILVA, A. V. F.; MAYORGA, C. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, p. 1-12, 2019.

YABETA, D.A.; GOMES, S.C. Terra de quilombo: estudo da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.